



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682435 - SP (2021/0232797-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : JORGE LUIS ROSA DE MELO E OUTRO
ADVOGADOS : JORGE LUIS ROSA DE MELO - SP324592
MARCOS HAMILTON BOMFIM - SP350833
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADRIANO SANTANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADRIANO SANTANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Revisão Criminal n. 2050655-10.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado definitivamente como incurso nas penas do art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06, e do art. 14, da Lei nº 10.826/03, em concurso material, ao cumprimento de 8 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais pagamento de 593 dias-multa.

A impetrante sustenta a existência de ilegalidade na dosimetria, tendo em vista que a pena-base foi exasperada sem fundamentação idônea que justificasse o seu afastamento do mínimo legal.

Afirma que, afastado o reconhecimento dos maus antecedentes, o paciente preencheria todos os requisitos para ser beneficiado com o redutor previsto no art. 33, §4º, da Lei de Drogas e, conseqüentemente, com a fixação do regime inicial intermediário.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação até o julgamento final do *mandamus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que a pena-base seja fixada no mínimo legal, bem como seja determinada a incidência da minorante prevista no art. 33, §4º, da Lei de Drogas na fração de 1/6 e, ainda, para que o regime prisional seja alterado para o modo semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao

processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência